



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

NÍVEL SUPERIOR

CARGO:

ASSESSOR JURÍDICO

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

"A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original."

Albert Einstein (1879-1955)

INSTRUÇÕES:

- 01 Verifique se este caderno de provas contém **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, sendo Português de **01 a 15**, Raciocínio Lógico de **16 a 25** e Conhecimentos Específicos de **26 a 40**.
- 02 Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
- 03 Verifique se os dados existentes na Folha de Respostas conferem com os dados do Cartão de Inscrição e da etiqueta afixada na sua carteira.
- 04 Esta Prova tem duração de **4 (quatro)** horas. Não é permitida a saída do candidato antes de esgotado o tempo mínimo de **2 (duas)** horas.
- 05 É vetado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
- 06 **Assine**, ao sair da sala, a **Lista de Presença** e entregue o seu Caderno de Prova e a Folha de Respostas, devidamente assinados, ao Fiscal de Sala.





PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir, para responder às questões de 1 a 3.

Conto de fadas para Mulheres Modernas

1 Era uma vez, numa terra muito distante, uma linda princesa, independente e cheia de autoestima que, enquanto
2 contemplava a natureza e pensava em como o maravilhoso lago do seu castelo estava de acordo com as conformidades
3 ecológicas, se deparou com uma rã. Então, a rã pulou para o seu colo e disse:
4 - Linda princesa, eu já fui um príncipe muito bonito. Mas, uma bruxa má lançou-me um encanto e eu transformei-me
5 nesta rã asquerosa. Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo num belo príncipe e poderemos casar e constituir lar
6 feliz no teu lindo castelo. A minha mãe poderia vir morar conosco e tu poderias preparar o meu jantar, lavarias as minhas roupas,
7 criarias os nossos filhos e viveríamos felizes para sempre...
8 ... E então, naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã à sauté, acompanhadas de um cremoso molho acebolado e de
9 um finíssimo vinho branco, a princesa sorria e pensava: – Eu, hein? ... nem morta!

(Luís Fernando Veríssimo)

01ª QUESTÃO

A partir da leitura do texto “Conto de fadas para Mulheres Modernas”, analise as proposições e coloque (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O texto proporciona uma reflexão, por meio de um discurso personalizado, conferindo ao tema um certo juízo de valor.
- () O conto poderia ter como desfecho: A princesa terminaria com o príncipe e “viveriam felizes para sempre.”
- () A escolha lexical pode fornecer pistas e levar-nos a afirmar que o discurso do príncipe pertence ao passado tal como os contos tradicionais, já o da princesa é contemporâneo.
- () O autor, de uma forma coloquial, retrata com muito humor a vida da mulher contemporânea que ao descobrir seus potenciais latentes teria se rebelado e resolvido mostrar todo o seu potencial, elevando sua autoestima e autoconfiança aos mais altos níveis.
- () Os adjetivos usados para definir a princesa não condizem com a atitude que ela toma no fim do conto.

A sequência CORRETA é:

- a) V, F, V, V, F.
- b) F, V, F, V, V.
- c) F, F, F, F, V.
- d) V, F, V, F, V.
- e) F, F, V, V, F.

02ª QUESTÃO

Analise as proposições:

- I- As atitudes da princesa NÃO justificam o título do texto, uma vez que reproduzem o pensamento e o comportamento das mulheres modernas, que não sonham mais com “príncipes encantados”.
- II- O texto confere originalidade e um modo de sentir e pensar próprios, usando um nível de linguagem simples e acessível.
- III- A expressão “Era uma vez” no primeiro parágrafo funciona como encadeador discursivo, demarcando uma situação temporal, ao tempo em que introduz um enunciado e determina-lhe a orientação argumentativa.
- IV- O uso do termo “nem morta!” é próprio da oralidade e poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido, por “jamais”.

Estão CORRETAS, apenas.

- a) II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

03ª QUESTÃO

Analise as proposições sobre o texto:

- I- Em: “Linda princesa” (linha 4) temos um vocativo em que se evidencia uma relação semântica de **espanto**.
- II- As expressões “um encanto” (linha 4) e “o meu jantar” (linha 6) funcionam sintaticamente como objeto direto.
- III- O termo “Mas” (linha 4) é uma expressão adversativa que contraria uma ideia anterior.
- IV- O pronome “seu” (linha 3) tem como referente “O colo do príncipe”.
- V- Em: “viveríamos felizes para sempre...” (linha 7) o sujeito sintático é classificado como indeterminado.

Está(ão) CORRETA(S), apenas:

- a) I e V
- b) I e III
- c) II e III
- d) II
- e) III e IV



Leia o título e o texto inicial de uma reportagem publicada na revista *Cláudia* para responder às questões 4 e 5.

Sem diploma, com sucesso

Não é verdade que só desenvolve uma bela carreira quem tem formação universitária. Cinco mulheres contam como se realizaram exercendo atividades de nível técnico.

ZYBERSZTAJN, Abram. As melhores piadas do humor judaico. V. 2. Rio de Janeiro: Gramond, 2003.p.23.

04ª QUESTÃO

Analise as proposições e coloque (V) para verdadeira e (F) para falsa, em relação ao título do texto.

- () O título não é condizente com o texto.
- () Para chamar a atenção do leitor, o título explora uma sinonímia cujas marcas linguísticas são “COM” e “SEM”.
- () A leitura do texto permite formular hipóteses sobre a temática e a relação com o título.

A sequência CORRETA é:

- a) FVF
- b) VVV
- c) FVV
- d) FFV
- e) VFF

05ª QUESTÃO

As duas expressões do título “Sem diploma”, “com sucesso” marcam um paralelismo gramatical que, aliado à antonímia, marca ainda mais o contraste entre elas. Leia os enunciados a seguir, e marque a alternativa na qual tal estratégia **NÃO** foi utilizada.

- a) “Você conhece, você confia.” (*Slogan* publicitário)
- b) “Nunca te vi, sempre te amei.” (Título de filme)
- c) “Pequenas Empresas & Grandes negócios.” (Título de revista.)
- d) “Muito riso, pouco siso.” (Ditado popular.)
- e) “Pequeno grande homem.” (Título de filme).

06ª QUESTÃO

Para regular a concordância dos verbos, a norma padrão estabelece certos paradigmas que devem ser mantidos nos usos formais da língua. Com base nesse princípio, analise a adequação das formas verbais usadas a seguir aos referidos paradigmas e assinale a alternativa CORRETA.

- a) Choveu aplausos na apresentação das crianças no dia das mães.
- b) Faziam anos que os professores esperavam um aumento do governo federal.
- c) Vende-se livros usados, os preços são os melhores da praça.
- d) Na urna haviam cem votos, porém na lista de assinatura constavam noventa pessoas.
- e) Necessita-se de mais policiais para proteger os turistas durante as Olimpíadas.

Leia o texto a seguir, para responder às questões 7 e 8.

O isopor dela foi parar no “lixão”

- 1 Depois de liderar uma campanha para que seus
- 2 vizinhos passassem a reciclar o lixo, num prédio de São
- 3 Paulo, a economista Liz Pontes Moreira, 45 anos, sofreu
- 4 duas decepções. Primeiro, ela e os outros viram os restos
- 5 se acumular duas semanas a fio na lixeira, sem que a
- 6 cooperativa de catadores cumprisse o combinado:
- 7 removê-los. Depois, foi a vez de a empresa particular que
- 8 havia sido acionada pelo síndico falhar. Ao ligar para a
- 9 firma, Liz foi informada pelo gerente: “Enviamos uma
- 10 parte do lixo da senhora para o ‘lixão’”. A razão? “Isopor
- 11 e caixas longa vida não valem nada neste mercado”.
- 12 Desiludida, a economista resolveu deixar o lixo num
- 13 posto de coleta.

Veja, n. 2.204, São Paulo, p. 119, 5 set.2007.

07ª QUESTÃO

Em relação ao tipo de discurso utilizado no trecho: Enviamos uma parte do lixo da senhora para o “lixão”, (linhas 9 e 10) a voz do gerente está:

- a) citada, em discurso direto.
- b) citada em discurso indireto.
- c) referenciada em forma de paráfrase.
- d) referenciada em forma de alusão.
- e) citada, predominantemente em discurso indireto livre.

08ª QUESTÃO

Coloque (V) ou (F), conforme sejam verdadeiras ou falsas as proposições sobre a pontuação do texto.

- () Os dois pontos nas duas situações do texto (linhas 6 e 9) foram usados pelo mesmo motivo.
- () Em “a economista Liz Pontes Moreira, **45 anos**,” (linha 3) a expressão destacada está entre vírgulas porque é um aposto, já que apresenta uma informação sobre a economista, sem uso de conectivo ou verbo.
- () Empregou-se vírgula antes **sem que** (linha 5) para separar a oração subordinada adverbial da oração principal.
- () A oração “Ao ligar para a firma,” (linhas 8 e 9) está separada por vírgula porque é reduzida e subordinada adverbial deslocada de seu lugar habitual, no final do período.
- () As aspas em: “Enviamos uma parte do lixo da senhora para o ‘lixão’”, (linha 9 e 10) delimitam a fala do gerente.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- a) VFVFFV
- b) VFFFFF
- c) FFVVVV
- d) FVVVVV
- e) VVVVFF



09ª QUESTÃO

Nos enunciados a seguir, os acentos indicativos de crase foram retirados propositalmente em função da questão. Leia-os:

- I- No dia a dia da vida esquecemos dos nossos sonhos.
- II- Visitei a escola do meu filho e encontrei vários problemas de infraestrutura.
- III- A proporção que se aproximava o dia da entrega do prêmio, mais ansiosos ficavam os atores.
- IV- Sua objeção a contratação do novo funcionário restringia-se as exigências salariais do candidato.

Podemos deduzir que,

- a) Apenas as sentenças I e IV devem ter acento indicativo de crase.
- b) As sentenças III e IV não devem ter acento indicativo de crase.
- c) Todas as sentenças devem ter acento indicativo de crase.
- d) Apenas as sentenças III e IV devem ter acento indicativo de crase.
- e) Nenhuma das sentenças deve ter acento indicativo de crase.

10ª QUESTÃO

Leia a tirinha a seguir:



Com relação ao texto, analise as proposições:

- I- O efeito de humor contido na tirinha é decorrente de uma quebra de expectativa no que Susanita (a menina que fala no primeiro quadrinho) diz no último quadrinho.
- II- O discurso de Susanita é totalmente coerente em toda a tirinha.
- III- A incoerência é decorrente da ambiguidade na fala de Susanita no terceiro quadrinho, já que a construção sintática permitiu que houvesse a duplicidade de sentidos.
- IV- A linguagem verbal não contribui para o melhor entendimento da tirinha, pois todo o efeito de humor está contido na linguagem não verbal por meio da expressão exibida por Mafalda no último quadrinho.
- V- Susanita apresentou, até o terceiro quadrinho, um discurso condizente com as teorias feministas em voga nos anos 70. Todavia, no último quadrinho, ela demonstrou ter um conhecimento limitado sobre o assunto.

Está(ão) CORRETA(S) apenas:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e V
- c) II, III e IV
- d) III
- e) I e V

Texto para as questões 11, 12, 13, 14 e 15.

PENSAR É TRANSGREDIR

- 1 Não lembro em que momento percebi que viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos — para não
- 2 morreremos soterrados na poeira da banalidade embora pareça que ainda estamos vivos.
- 3 Mas compreendi, num lampejo: então é isso, então é assim. Apesar dos medos, convém não ser demais fútil nem demais
- 4 acomodada. Algumas vezes é preciso pegar o touro pelos chifres, mergulhar para depois ver o que acontece: porque a vida não
- 5 tem de ser sorvida como uma taça que se esvazia, mas como o jarro que se renova a cada gole bebido.
- 6 Para reinventar-se é preciso pensar: isso aprendi muito cedo.
- 7 Apalpar, no nevoeiro de quem somos, algo que pareça uma essência: isso, mais ou menos, sou eu. Isso é o que eu queria
- 8 ser, acredito ser, quero me tornar ou já fui. Muita inquietação por baixo das águas do cotidiano. Mais cômodo seria ficar com o
- 9 travesseiro sobre a cabeça e adotar o lema reconfortante: "Parar pra pensar, nem pensar!"
- 10 [...]

LUFT, Lya. Pensar é transgredir. Rio de Janeiro: Record, 2005. p.21. (Fragmento)



11ª QUESTÃO

Baseado na análise de “Pensar é transgredir”, título e texto, assinale a alternativa INCORRETA sobre o texto.

- a) Para a autora nós só nos reinventamos quando transgredimos a lei e nos jogamos intensamente na futilidade.
- b) Em "Pensar é transgredir", Lya Luft nos convida a refletir sobre como o pensamento precisa da liberdade, e o quanto a construção desta liberdade está associada à capacidade de nos reinventarmos.
- c) Para a autora, não podemos apenas satisfazer o que esperam de nós. Precisamos transgredir algumas amarras sociais para construirmos essa autonomia.
- d) Uma permanente reinvenção de nós mesmos só é possível se sairmos de nossa zona de conforto e nos aventurarmos.
- e) Para nos reinventarmos devemos usar nosso pensamento para gerar nossas ideias, e encontrar novos objetivos e interesses que nos façam buscar desafios e vencê-los.

12ª QUESTÃO

Analise as proposições sobre o significado contextual das expressões destacadas e coloque (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () “Algumas vezes é preciso **pegar o touro pelos chifres.**” (Linha 4) = enfrentar a vida, só desistir se tiver muito medo.
- () “A vida não tem de ser sorvida **como uma taça que se esvazia.**” (Linhas 4 e 5) = deve-se viver tudo de uma só vez, pois assim é a existência humana: uma só.
- () “Apalpar, **no nevoeiro de quem somos,** algo que pareça uma essência.” (Linha 7) = É muito difícil termos uma imagem clara do que somos. No entanto, para nos renovarmos, devemos partir do pouco que conhecemos de nós mesmos.
- () “Muita inquietação **por baixo das águas do cotidiano**” (linha 8) = Sob a aparente tranquilidade do cotidiano, a inquietação.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, V
- b) V, F, V, F
- c) F, V, V, F
- d) F, F, V, V
- e) V, V, V, V

13ª QUESTÃO

A expressão destacada no enunciado: “Mas compreendi, **num lampejo:** (linha 3) então é isso, então é assim.” pode ser substituída, sem prejuízo semântico e sintático, por:

- a) Aparentemente.
- b) Profundamente.
- c) Evidentemente.
- d) Corretamente.
- e) Rapidamente

14ª QUESTÃO

Os conectivos ou partículas de ligação, além de exercerem funções coesivas, manifestam ainda diferentes relações de sentido entre os enunciados. Aponte, dentre as alternativas a seguir, aquela em que a relação estabelecida pelo conectivo em destaque está CORRETAMENTE indicada entre parênteses.

- a) “**então** é isso, então é **assim...**” (Linha 3) – (Conclusão, a autora conclui retomando uma frase do parágrafo anterior, que “viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos”).
- b) ...“**para** não morrermos soterrados na poeira da banalidade embora pareça que ainda estamos vivos.” (Linhas 1 e 2) – (Adição).
- c) “...**embora** pareça que ainda estamos vivos.” (Linha 2) – (Consequência).
- d) “**Mas** compreendi, num lampejo” (Linha 3) – (Concessão em relação ao que foi dito no parágrafo anterior).
- e) “**Mas** como o jarro que se renova a cada gole bebido.” (Linha 5) – (Adição em relação à oração anterior).

15ª QUESTÃO

Os pronomes e advérbios são recursos coesivos essenciais para evitar repetições desnecessárias e oferecer ao texto uma maior expressividade. Nos enunciados a seguir, marque a alternativa em que o processo de referência está INCORRETO.

- a) “Então é **isso**”. O pronome *isso* remete à oração do parágrafo anterior: “viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos”.
- b) “A vida não tem de ser sorvida como uma taça **que** se esvazia, mas como o jarro **que** se renova a cada gole bebido.” Nas duas ocorrências, o pronome **que** tem o mesmo referente.
- c) “...**isso** aprendi muito cedo.” O pronome *isso* remete à oração imediatamente anterior: “Para reinventar-se é preciso pensar...”.
- d) “...**isso**, mais ou menos, sou eu. Isso é o que eu queria ser.” As duas ocorrências do pronome *isso* remetem ao período imediatamente anterior: “Apalpar, no nevoeiro de quem somos, algo que pareça uma essência...”.
- e) “...então é **assim**.” O advérbio *assim* remete à mesma oração do parágrafo anterior, à qual o pronome *isso* que o antecede também remete: “viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos”.



RACIOCÍNIO LÓGICO

16ª QUESTÃO

Rafaela é uma atleta de Judô que treina diariamente. Sua treinadora orientou-a a lutar no chão com a frequência indicada no quadro abaixo.

Dias da semana	Número de lutas no chão
2ª e 5ª feiras	40
3ª e 6ª feiras	10
4ª feiras	20
Sábados	30
Domingo	Nenhuma

No dia de seu aniversário, Rafaela treinou 20 lutas no chão. No dia do aniversário de seu namorado, 260 dias depois do seu, Rafaela:

- a) Treinou 30 lutas no chão.
- b) Treinou 10 lutas no chão.
- c) Treinou 20 lutas no chão.
- d) Treinou 40 lutas no chão.
- e) Não treinou lutas no chão.

17ª QUESTÃO

Quatro homens estão sentados em uma mesa redonda, de forma que cada um tem uma pessoa à sua frente, outra à sua esquerda e uma terceira à sua direita. Num dado momento, cada um faz uma afirmação.

José: estou à direita do João.
Pedro: estou entre o Carlos e o José.
Carlos: estou entre o Pedro e o José.
João: está garoando.

Sabendo que uma única das quatro afirmações é falsa, pode-se afirmar que o autor dessa afirmação:

- a) Certamente é o José.
- b) Tanto pode ser o Pedro quanto o João.
- c) Tanto pode ser o Pedro quanto o Carlos.
- d) Certamente é o João.
- e) Certamente é o Pedro.

18ª QUESTÃO

Dizer qual a proposição que satisfaz a tabela-verdade seguinte:

p	q	$\sim p$?
V	V	F	F
V	F	F	F
F	V	V	V
F	F	V	F

- a) $p \leftrightarrow q$.
- b) $\sim(p \rightarrow q)$.
- c) $q \rightarrow p$.
- d) $p \wedge q$.
- e) $\sim p \wedge q$.

19ª QUESTÃO

A configuração do silogismo é estruturada por três termos: o termo maior, o termo médio e o termo menor. Desses três termos podemos afirmar que o termo que nunca aparece na conclusão dessa estrutura é o **Termo**:

- a) Médio.
- b) Antecedente do termo médio.
- c) Menor.
- d) Maior.
- e) Consequente do termo maior.



20ª QUESTÃO

Todo obstetra é médico. Todo médico é responsável. Portanto,

- a) Algum obstetra não é responsável.
- b) Todo responsável é médico.
- c) Todo responsável é obstetra.
- d) Nenhum obstetra é responsável.
- e) Algum responsável é obstetra.

21ª QUESTÃO

Em uma determinada promoção no dia da criança, uma loja de brinquedos declarou que **Todas as crianças serão beneficiadas**. Diante disso, podemos afirmar que:

- a) Nenhum beneficiado será criança.
- b) As beneficiadas serão todas as crianças.
- c) Apenas as crianças serão beneficiadas.
- d) Algumas crianças serão beneficiadas.
- e) Algumas crianças não serão beneficiadas.

22ª QUESTÃO

Considere o seguinte argumento: **Todas as frutas que Maria comprou no mercado estão boas. Assim, todas as frutas vendidas no mercado são boas**. Pode ser considerado:

- a) Ambiguidade.
- b) Um pleonasma.
- c) Onomatopeia.
- d) Metonímia.
- e) Uma falácia.

23ª QUESTÃO

Qual das proposições abaixo é uma Contradição?

- a) Ser ou não ser, eis a questão.
- b) Pai é pai.
- c) Se eu ficar em casa, eu não irei à escola.
- d) Pedro é paraibano e Pedro não é paraibano.
- e) Tudo que é demais é muito.

24ª QUESTÃO

Pedro possui um jogo de montar composto por várias peças quadradas. Todas de mesmo tamanho. A única forma de juntar duas peças é unindo-se de modo que elas fiquem com um único lado comum. Juntando-se três dessas peças, é possível formar dois tipos diferentes de figuras, mostradas abaixo.



Note que as duas figuras podem aparecer em diferentes posições, o que não caracteriza novos tipos de figuras. O número de tipos diferentes de figuras que podem ser formados juntando-se quatro dessas peças é igual a:

- a) 7.
- b) 4.
- c) 6.
- d) 5.
- e) 8.

25ª QUESTÃO

Afirmar que **José é jogador ou Pedro não é escultor** é logicamente equivalente a afirmar que:

- a) José é jogador se e somente se Pedro não é escultor.
- b) Se Pedro é escultor, então José é Jogador.
- c) Se José é jogador, então Pedro não é escultor.
- d) Se José não é jogador, então Pedro é escultor.
- e) José não é jogador e Pedro é escultor.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

Segundo o artigo 39 da CF/88: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para:

- a) Os servidores da administração pública e fundações.
- b) Os servidores das autarquias e das fundações públicas.
- c) Os servidores da administração pública direta.
- d) Os servidores da administração pública direta e das autarquias.
- e) Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

27ª QUESTÃO

Conforme prescreve o artigo 40 da CF/88: Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações:

- a) É assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- b) É assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público.
- c) É assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro.
- d) É assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.
- e) É assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

28ª QUESTÃO

Segundo o artigo da Lei nº 9.882/99: A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. E prescreve o artigo 3º da mesma lei que a petição inicial deverá conter:

- a) A indicação do preceito fundamental que se considera violado; a indicação do ato; a prova da violação; o pedido, com suas especificações; e a petição inicial, acompanhada de instrumento de mandato, se for o caso, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.
- b) A indicação do preceito fundamental que se considera violado; a indicação do ato questionado; o pedido, com suas especificações; se for o caso, a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.
- c) A indicação do preceito fundamental que se considera violado; a indicação do ato questionado; a prova da violação do preceito fundamental; o pedido, com suas especificações; e a petição inicial, acompanhada de instrumento de mandato, se for o caso, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.
- d) A indicação do preceito fundamental que se considera violado; a prova da violação do preceito fundamental; o pedido, com suas especificações; e a petição inicial, acompanhada de instrumento de mandato, se for o caso, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.
- e) A indicação do preceito fundamental que se considera violado; a indicação do ato questionado; a prova da violação do preceito fundamental; o pedido, com suas especificações; se for o caso, a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado; e a petição inicial, acompanhada de instrumento de mandato, se for o caso, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.

29ª QUESTÃO

Segundo o artigo 152 da CF/88: É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Estabelecer diferença tributária entre produtos, bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- b) Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- c) Estabelecer diferença tributária entre produtos e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- d) Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua produção, procedência ou destino.
- e) Estabelecer diferença tributária entre produtos, bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua fabricação, procedência ou destino.



30ª QUESTÃO

Segundo o artigo 151 da CF/88: É vedado à União:

- a) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro; Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes; Instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- b) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País; Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes; Instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País; Instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- d) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico; Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos.
- e) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País; Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

31ª QUESTÃO

Segundo o artigo 150 da CF/88: Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. E prescreve o IV do mesmo dispositivo: Instituir impostos sobre:

- a) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; Templos de qualquer culto; Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão; Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.
- b) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; Templos de qualquer culto; Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- c) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; Templos de qualquer culto; Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão; Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- d) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; Templos de qualquer culto; Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão; Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- e) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; Templos de qualquer culto; Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão; Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.



32ª QUESTÃO

Segundo o artigo 156 da CF/88, compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- a) Propriedade predial e territorial urbana; Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; Venda a varejo de combustíveis e gasosos, exceto óleo diesel; Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, b, definidos em lei complementar.
- b) Propriedade predial e territorial urbana; Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; Venda a varejo de combustíveis e gasosos, exceto óleo diesel.
- c) Propriedade predial e territorial urbana; Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; Venda a varejo de combustíveis e gasosos, exceto óleo diesel; Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, definidos em lei complementar.
- d) Propriedade predial e territorial urbana; Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, definidos em lei complementar.
- e) Propriedade predial e territorial urbana; Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

33ª QUESTÃO

Segundo o artigo 156, § 1º, da CF/88: Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

- a) Ser progressivo em razão do lugar e do valor do imóvel; e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e valorização do imóvel.
- b) Ser progressivo em razão do lugar e do valor do imóvel; e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- c) Ser progressivo em razão do lugar e do valor do imóvel; e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização, a valorização e o uso do imóvel.
- d) Ser progressivo em razão do lugar e do valor do imóvel; e ter alíquotas diferentes de acordo com a valorização e o uso do imóvel.
- e) Ser progressivo em razão do valor do imóvel; e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

34ª QUESTÃO

Segundo o artigo 78 da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), considera-se poder de polícia:

- a) Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- b) Atividade da administração pública que, limitando o direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- c) Atividade da administração pública que, limitando o direito, interesse, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- d) Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- e) Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato, em razão de interesse público concernente à segurança, à ordem, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.



35ª QUESTÃO

Segundo reza o inciso LXIX, do artigo 5º, da CF/88, conceder-se-á Mandado de Segurança:

- a) Para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) Para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- c) Para proteger direito líquido e certo, amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) Para proteger direito líquido e certo, amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- e) Para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente no exercício de atribuições do Poder Público.

36ª QUESTÃO

Segundo reza o inciso LXX, do artigo 5º, da CF/88, o Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) Partido político; Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- b) Partido político com representação no Congresso Nacional; Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional; Organização sindical ou entidade de classe em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) Partido político com representação no Congresso Nacional; Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- e) Partido político com representação no Congresso Nacional; Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

37ª QUESTÃO

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo II, trata da Política Urbana. E no artigo 182, §§ 1º, 2º e 3º, reza o seguinte:

- a) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de cinquenta mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana; A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor; As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- b) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; O plano diretor, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana; A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor; As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- c) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana; A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor; As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- d) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana; A propriedade urbana e rural cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor; As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- e) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar social; O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de trinta mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana; A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor; As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.



38ª QUESTÃO

A Lei nº 10.257/01, na Seção III (Do IPTU progressivo no tempo), no artigo 7º, §§ 1º, 2º e 3º, reza que:

- a) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do *caput* do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos; Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa prevista no art. 8º; É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.
- b) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do *caput* do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos; O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica a que se refere o *caput* do art. 5º desta Lei e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento; Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa prevista no art. 8º; É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.
- c) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do *caput* do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos; O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica a que se refere o *caput* do art. 5º desta Lei e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento; Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa prevista no art. 8º; É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.
- d) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do *caput* do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos; O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica a que se refere o *caput* do art. 5º desta Lei e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento; É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.
- e) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do *caput* do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos; Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em dez anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa prevista no art. 8º; É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

39ª QUESTÃO

O Código de Processo Civil (Lei nº 5.869/73), no Capítulo V, ao tratar das Nulidades, no artigo 250, Caput e Parágrafo único, reza que:

- a) O erro de forma do processo acarreta a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais; Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo à defesa.
- b) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais; Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo à defesa.
- c) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais; Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo à defesa.
- d) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais; Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados com ou sem prejuízo à defesa.
- e) O erro de forma e conteúdo do processo acarreta a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais; Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo à defesa.



40ª QUESTÃO

Segundo o artigo 225, da CF/88: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. E reza o § 1º: Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- a) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- b) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- c) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- d) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- e) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.